

## OS HOMENS DO CENTRO

*Sob a liderança de Tancredo Neves e Magalhães Pinto, vai tomando forma um partido que não quer a luta de classes no Congresso.*

Ainda à espera do batismo definitivo, o “partido de centro” que vai sendo costurado em diferentes pontos do país já ganhou em Brasília o nome de “partido do doutor Tancredo” – embora o senador mineiro Tancredo Neves, de 65 anos, insista em proclamar irrestrita fidelidade ao MDB. Só que o calejado parlamentar, perfeita cria do velho PSD, não costuma formular juramentos sem ressalvas – e promete lutar pela sobrevivência do MDB “enquanto o partido existir”. Naturalmente, o dr. Tancredo sabe que o governo está na iminência de decretar a extinção dos partidos. Logo, portanto, estará desobrigado de prestar fidelidade à legenda que terá deixado de existir.

Mas não haveria no próprio governo setores contrários à extinção pura e simples dos dois partidos? “O Golbery, homem próximo do presidente, o velhaco do Petrônio Portella e o Nelson Marchezan são favoráveis à extinção”, informa um opositor com educativas experiências de poder. “Já o Passarinho, o Sarney e o Aureliano Chaves são contra. O presidente está preservado, sem tomar posição. Mas adivinhe de que lado ele está...” A verdade é que o desaparecimento da Arena e do MDB é hoje uma questão de tempo – e Tancredo Neves prevê um vazio político que precisará ser preenchido com rapidez. De um lado, calcula o senador, estará o “partidão do governo”, comandado pelos governadores, e do outro a oposição de esquerda. Nesse quadro, um partido de centro configuraria um colchão amortecedor de choques. “Caso contrário”, sentencia Neves, “a inevitável radicalização levaria a luta de classes para dentro do Congresso, e isso é o que poderia acontecer de pior”.

**NAMORO NO PARANÁ** – Na quinta-feira passada, precisamente para tratar desse assunto, Tancredo Neves recebeu em seu gabinete no Senado a visita do deputado Magalhães Pinto, seu antigo adversário na política mineira e, hoje, um provável sócio no partido centrista. Crescentemente afinados, os dois candidatos ao governo de Minas nas eleições de 1960 (vencidas pelo então udenista Magalhães) preferiram não falar no passado. Em vez disso, dedicaram-se a aparar as poucas arestas que ainda os separa – e, provavelmente, a examinar a lista de inscritos no seu futuro partido, que já começa a acusar a presença de alguns experimentados freqüentadores de palanques.

No Paraná, por exemplo, segue o namoro com o governador Ney Braga. Em São Paulo, os anzóis dos centristas rondam o prefeito Olavo Setúbal – que gostaria de ver a palavra “progressista” no nome do partido. No Rio Grande do Norte, sussurra-se que o novo partido poderá ser engordado pela adesão do atual governador Lavoisier Maia e dos ex-governadores Alúcio Alves e Tarcísio Maia. E mais nomes são soprados: Cid Sampaio em Pernambuco, Roberto Santos na Bahia, Seixas Dória em Sergipe, quem sabe Chagas Freitas no Rio, além da esmagadora maioria dos remanescentes do PSD e da UDN em Minas Gerais.

**CADÁVER NO PORÃO** – Reunidos no partido de centro, esses políticos pretendem agir de forma independente – ora funcionando como linha auxiliar do governo, ora

combatendo p Planalto –, na tentativa de somar pontos para a conquista de alguns governos estaduais nas eleições de 1982, quando enfrentarão pelo menos três outras legendas concorrentes. Além do PTB do ex-governador Leonel Brizola, estarão no páreo o “partidão” – que sucederá a Arena na tarefa de assegurar apoio parlamentar ao presidente João Baptista Figueiredo – e o partido de esquerda que deverá surgir das cinzas do MDB.

A agremiação esquerdista terá como núcleo os antigos “autênticos” da oposição, cujo mais recente sonho é a montagem de uma “frente popular”. Esperançosos, nas últimas semanas eles têm tentado estender uma ponte que ligue o grupo ao que chamam de “liberais que não transigem com a ditadura”. Como? “O Ulysses Guimarães, o Paulo Brossard, o Teotônio Vilela”, exemplificam alguns deputados da ala esquerda. Os senadores Brossard e Vilela, na verdade, transitariam com desenvoltura num partido de centro. Ao deputado Ulysses Guimarães, contudo, certamente incomodaria trocar a chefia do partido da oposição por uma legenda disposta a eventuais acertos com o governo.

“O Ulysses está parecendo o Perón, com a mulher insepulta no porão da casa”, observa um moderado emedebista. A braços com o cadáver do MDB, sem poder entra no PTB de Brizola, é possível que Guimarães permaneça no partido de esquerda – ainda que seus postulados não sejam exatamente os de um egresso do conservador PSD. Mais previdente, Tancredo Neves evitou permanecer na proa do barco emedebista nestes tempos de transição – e pode, agora, saltar sem sobressaltos para naus mais seguras. Não é difícil, assim, que as eleições de 1982 encontrem o dr. Tancredo ao leme do segundo maior partido do país. O primeiro, com certeza, será o “partidão”. “O governo pretende sair da reformulação partidária com a garantia de contar com o apoio de uma legenda que, isoladamente, assegure a maioria parlamentar”, antecipa uma alta fonte do Palácio do Planalto. “Do contrário”, completa outra fonte, “seria melhor deixar tudo como está”.

### *O cochilo que tirou a paz da cúpula da Arena*

Longos anos de completa subordinação ao Executivo amoleceram talvez em demasia os músculos do Congresso. Na quarta-feira passada, um pequeno cochilo ocorrido durante a tramitação de um projeto de autoria do senador Antônio Mendes Canale, que permitia o adiamento por seis meses das convenções da Arena e do MDB, instalou grande confusão na cúpula do partido do governo – e, como nos velhos tempos, a solução só apareceu depois de nervosas consultas ao Planalto. Sucedeu que o projeto, já aprovado pelo Senado, teve um de seus artigos suprimidos durante a votação na Câmara e, em vez de voltar ao exame dos senadores, foi apressadamente remetido ao presidente Figueiredo.

Quando o texto já recebera a sanção presidencial, o senador Jarbas Passarinho descobriu que o projeto não teria validade se não passasse novamente pelo crivo do Senado. “O presidente sancionou o projeto Canale”, informara às 17 horas da quinta-feira o deputado Nelson Marchezan. “O presidente ‘dessancionou’ o projeto”, corrigiu às 18 horas o porta-voz do Planalto, Marco Antônio Kraemer. “O presidente ‘ressancionou’ o projeto”, emendou às 21 horas Marchezan. Dois neologismos depois, o ambiente se

aquietou. “Meu gabinete pegou fogo, mas já chamei os bombeiros”, admitiu o aliviado Marchezan. Por telefone ele acabara de descobrir, com a ajuda do ministro Golbery do Couto e Silva, que a aprovação do projeto Canale não fora ilegal. Marchezan explicou que o texto só deveria voltar ao Senado se tivesse sofrido acréscimos. Além disso, o deputado recordou que, segundo jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal, “a sanção presidencial supre a falta de iniciativa do Poder Legislativo”. Tudo explicado, o Poder Legislativo pôde retornar ao aprendizado da vida política.

**Crédito:** Revista Veja/Editora Abril

**Fonte:** Revista *Veja*, edição 562, 13 jun. 1979, p.20-21